

MIA/NEGÓCIOS

Economia - Brasil

atingir Cr\$ 14 trilhões este ano

ECONO

Déficit público pode

William

Carlos Max Torres

Brasília — O déficit do setor público poderá atingir Cr\$ 14 trilhões ao final de 1983, se mantidas as mesmas condições do primeiro trimestre do ano, segundo consta de documento confidencial elaborado nos Ministérios do Planejamento e da Fazenda, com a colaboração de técnicos do Banco Central. A projeção excede em Cr\$ 5 trilhões 200 bilhões (em quase 60%) a meta fixada no acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para o déficit deste ano: Cr\$ 8 trilhões 800 bilhões.

De posse desses dados, o Ministro do Planejamento, Delfim Neto, determinou à sua assessoria que elaborasse estudos alternativos visando a adoção de medidas capazes de conter os gastos do Tesouro Nacional com subsídios e os dispêndios das empresas estatais com pessoal e outros custos, segundo revelou uma fonte que também participa desses estudos.

Necessidade de mudança

Em outro documento, também de caráter confidencial, os técnicos lembram que, mantidas as mesmas condições do primeiro trimestre de 1983, as bases do acordo acertado com o FMI não poderão ser cumpridas. Em outras palavras, sem uma mudança de curso na política econômica o acordo com o Fundo se tornará impraticável.

A dramática situação das contas brasileiras foi descrita num trabalho confidencial denominado "Relatório do primeiro trimestre, déficit do setor público" onde a previsão de **estouro** do déficit está diretamente ligado ao descontrole das estatais, cujos cronogramas de investimentos foram totalmente descumpridos no período janeiro-março devido ao efeito perverso da maxidesvalorização do cruzeiro em 30%, em 18 de fevereiro.

Para se ter uma idéia do efeito devastador da máxi sobre os gastos das estatais, basta citar um **paper** encaminhado ao Conselho Nacional de Petróleo (CNP) pela Petrobrás a propósito da deterioração de suas contas após a decretação da maxidesvalorização pelo Governo. Os técnicos da empresa calculam um prejuízo de Cr\$ 600 bilhões até o final de 1983 por força do estrago da máxi em seus balanços.

Sem surpresa

De certa forma, conforme consta das explicações inseridas nos relatórios, o Governo já sabia em fevereiro que não teria condições de cumprir as metas acertadas com o FMI para o primeiro trimestre de 1983 com relação ao déficit do setor público. É que no primeiro bimestre do ano — janeiro/fevereiro — o déficit já havia chegado a Cr\$ 2 trilhões 400 bilhões (tal montante foi obtido levando-se em consideração os critérios do próprio Fundo para calcular o déficit público, que o Brasil diverge).

Ao final de fevereiro, diz um desses documentos quando o staff do Fundo recalculava os novos limites para serem incluídos no Memorando Técnico do acordo, foi feita uma avaliação por técnicos do Banco Central e dos Ministérios do Planejamento e da Fazenda sobre déficit público, partindo-se do valor global de Cr\$ 9 trilhões 500 bilhões para 1983. Em decisão posterior o FMI fixou o valor do déficit em Cr\$ 8 trilhões 800 bilhões.

Relatam os técnicos que, naquela altura dos acontecimentos, tendo já o bimestre como quase consumado e sendo escassa a margem de manobra a curto prazo, estimava-se que o déficit público tenderia a se situar na faixa de Cr\$ 3 trilhões 600 bilhões a Cr\$ 3 trilhões 900 bilhões no primeiro trimestre.

Explicações ao Fundo

Na verdade, segundo revelou o Ministro da Fazenda, Ernane Galvães, durante sua última estada nos Estados Unidos, o **estouro** do déficit público foi de Cr\$ 420 bilhões. Ou seja, de uma previsão de Cr\$ 3 bilhões 500 bilhões — feita pelo próprio Governo — o **estouro** mínimo seria de Cr\$ 700 bilhões (consta do acordo com o Fundo um déficit de Cr\$ 2 trilhões 800 bilhões no primeiro trimestre).

Toda essa ciranda dos números pode ser resumida no seguinte: quando a missão brasileira foi a Washington, chefiada pelo presidente do Banco Central, Carlos Langoni, levando os dados definitivos do primeiro trimestre, algumas explicações técnicas sobre as razões de um déficit tão acentuado nos primeiros três meses do ano acabaram sendo aceitas pelo staff do FMI. Sendo assim, de um **estouro** inicial de Cr\$ 700 bilhões o Brasil conseguiu uma redução de Cr\$ 280 bilhões.

O calcanhar-de-aquiles do Governo está justamente do lado das empresas estatais. O déficit das estatais no trimestre foi calculado em 37,4% do global, ou seja, Cr\$ 1 trilhão 380 bilhões. Nas autoridades monetárias, o principal fator de expansão do **rombo** foi o Aviso GB-588 — compromissos financeiros que a União assumiu devido à crise de liquidez das estatais — que absorveu recursos estimados em Cr\$ 263 bilhões, destinados à cobertura de responsabilidades de empresas como Itaipu, Eletrobrás e Siderbrás. Até maio este montante subiu para Cr\$ 620 bilhões, contrariando os termos do Memorando Técnico assinado com o FMI que proíbe tal procedimento.

Tal crescimento, segundo as explicações extraoficiais, foi provocado pelo retardamento do ingresso de recursos externos com que as estatais contavam para pagamento de suas obrigações no exterior. Pelo menos uma medida prática já foi tomada pelo Ministério da Fazenda para coibir tal irregularidade. Trata-se de restrições rigorosas sobre a utilização desse mecanismo (Aviso GB-588) através de comunicação imediata aos órgãos envolvidos como a Secretaria de Controle das Estatais (Sest) e o Banco Central. Além disso, decidiu-se pela aplicação de restrições aos devedores inadimplentes, com bloqueio de seus recursos junto ao Banco do Brasil e o Banco Central.

Petróleo e açúcar

O déficit da conta-petróleo, estimado em Cr\$ 113 bilhões no período janeiro-março de 1983 — esse resultado é obtido pela diferença existente entre a cotação do dólar para a venda da gasolina no mercado interno (Cr\$ 298 o litro) e o câmbio oficial (Cr\$ 493,61) — já era esperado pelo Governo.

A principal explicação para isso foi o atraso ocorrido no reajuste dos preços dos derivados do petróleo — gasolina, óleo diesel e óleo combustível —, para evitar maiores pressões sobre os índices de preços dos meses de dezembro de 1982, janeiro e fevereiro de 83. No **paper** da Petrobrás ao CNP está dito que os preços atuais dos combustíveis estão 20% abaixo dos custos reais, mas o Ministério do Planejamento ainda não liberou o novo aumento dos derivados do petróleo por causa da pressão que isso provocaria sobre os índices da inflação do mês de maio.

A esse propósito, convém lembrar que a última estimativa sobre a inflação de maio em mãos do Secretário de Abastecimento e Preços (Seap), Milton Dallari, fala num percentual de 8,5% a 9%, contrariando as expectativas otimistas que o Governo dispunha até a semana passada. Naquela data a estimativa da inflação era de algo inferior a 8%. Enquanto o aumento da gasolina não vem, a Petrobrás vai acumulando um prejuízo diário de Cr\$ 4 bilhões e elevando o déficit da conta-petróleo, hoje calculado na faixa de Cr\$ 300 bilhões.

Outro problema está do lado do açúcar. O déficit da conta-açúcar no trimestre foi avaliado pelo Banco Central em Cr\$ 98 bilhões. Aqui cabe uma explicação:

embora estivesse ocorrendo ingresso de recursos provenientes da exportação de açúcar, o Banco do Brasil

estava se ressarcindo de débitos do Instituto do Açúcar

do Álcool (IAA), justificando assim os reduzidos ingressos de recursos na conta-açúcar.